

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



## Supremacia do interesse público e o direito à moradia

### Autor(es)

Renata Apolinário De Castro Lima  
Yasmin Taianny Dos Santos Inês  
Renato Horta Rezende  
Letícia Vitória Borges De Almeida  
Thiago Ribeiro De Carvalho  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### Introdução

A supremacia do interesse público e o direito à moradia são princípios fundamentais, que envolvem ao longo dos anos grandes debates e discussões, isso ocorre pelo fato de ambos serem protegidos pela Constituição Federal e terem práticas que se contradizem. Ocorre que, o direito à moradia se trata de um direito constitucional e necessário para garantir uma qualidade básica de vida, tendo em vista que é um bem essencial para dignidade humana, se tratando de um dever do estado garantir sua efetivação. Entretanto, se trata de outro claro dever do estado garantir o bem estar coletivo através do princípio da indisponibilidade do interesse público, ocorre que, esse embate se torna claro e evidente quando o Estado busca a efetivação desse princípio em detrimento ao princípio da moradia, ou seja, em casos de necessidades de obras para infraestrutura, preservação, ambiental e reurbanização, caso que o Estado usa esse princípio como forma impactar à moradia e dignidade de parte da população.

### Objetivo

O conflito entre a supremacia do interesse público e o direito à moradia, ressaltando a importância de ambos os princípios na Constituição Federal. Explora como o estado deve equilibrar essas demandas, especialmente em situações onde ações voltadas ao bem-estar coletivo podem prejudicar o direito à moradia, refletindo sobre a necessidade de garantir a dignidade humana.

### Material e Métodos

Para a realização do presente artigo, foram realizadas diversas pesquisas de cunho social, bibliográficos e científicos, por meio de um estudo avançado e técnico, pesquisas qualitativas se foram essenciais para a elaboração do estudo, se tratando também de um estudo elaborado da legislação brasileira, dos princípios constitucionais tendo como base sólida a própria constituição federal, com comparativo da realidade vivida na prática por grande parte da população brasileira.

### Resultados e Discussão

Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2024. Anais [...].

Londrina Editora Científica, 2024. ISBN: 978-65-01-19305-2

# IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Quando se trata de um deslocamento forçado ou a perda de uma moradia, há um rompimento com laços sociais existentes naquela região, vulnerabilizando pessoas e cortando redes de apoio sociais, pois em muitos casos é necessário mudar para um local distante, alterando totalmente a rotina do indivíduo com aumento de custos de vidas, dificuldade de acesso a um novo mercado de trabalho, perda de meios de subsistência, novas moradias que nem sempre são adequadas, com boa estrutura, deixando-os sem acesso a serviços básicos, que acarretam impactos a saúde, e educação de toda uma família.

## Conclusão

Portanto conclui-se que para reduzir índice de pessoas desabrigadas por deslocamento faça-se um melhor mapeamento de comunidades, uma plataforma com participação popular com comunidades afetadas para garantir legitimidade das soluções encontradas, e agir dentro dos limites da proporcionalidade para que haja um equilíbrio e respeito a todos os princípios e direitos fundamentais.

## Referências

Direitos sociais e a moradia, Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-sociais-direito-a-moradia/145423551> Acesso em 29/09/2024.

Bens e Restrições Estatais à Propriedade. Jusbrasil, 2022. Disponível em [https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/1-conceito-e-fundamentos-capitulo-5-servidao-administrativa-direito-administrativo-dos-bens-e-restricoes-estatais-a-propriedade-vol-3-ed-2022/1712828579?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=doutrina\\_dsmOm3BhC8ARIsAOSbapW1O-p\\_7i-SpMy7PsqX92ft3ZNLrKiwnlIMF715XkQZdA4P1e7wx8aAiaKEALw\\_wcb](https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/1-conceito-e-fundamentos-capitulo-5-servidao-administrativa-direito-administrativo-dos-bens-e-restricoes-estatais-a-propriedade-vol-3-ed-2022/1712828579?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=doutrina_dsmOm3BhC8ARIsAOSbapW1O-p_7i-SpMy7PsqX92ft3ZNLrKiwnlIMF715XkQZdA4P1e7wx8aAiaKEALw_wcb). Acesso em 30/09/2024.

Servidão administrativa, jusbrasil, 2008. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-que-se-entende-por-servidao-administrativa/1639602>. Acesso em 29/09/2024.

Princípios e direitos fundamentais, âmbito jurídico, 2022. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/principios-e-direitos-fundamentais/>. Acesso em 30/09/2024.